

PROJETO BÁSICO

**CONSTRUÇÃO DE UM REFEITÓRIO - ESCOLA M E I F PROFª ANA
DUTRA DE SOUZA VALE**

OUTUBRO DE 2024

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 010/2024

PROJETO BÁSICO

1. DO OBJETO

1.1. Contratação de empresa para execução da obra de CONSTRUÇÃO DE UM REFEITÓRIO - ESCOLA M E I F PROFª ANA DUTRA DE SOUZA VALE, no Município de Barcarena. Conforme Projeto Executivo, e as condições estabelecidas neste Projeto Básico. Endereço: Rua 12 de Outubro Bairro Novo, Município de Barcarena/PA.

Localização: Lat:1°31'9.53"S,

Long: 48°36'53.63"O

1.2. Características da Obra/Serviço:

- Tipo de Serviço: Construção Nova
- Tipo de Obra: Construção de um Refeitório – Escola MEIF PROFª ANA DUTRA DE SOUZA VALE
- Setor Beneficiado: Educação

2. DO OBJETIVO

2.1. Este projeto tem como objetivo principal a CONSTRUÇÃO DE UM REFEITÓRIO – ESCOLA ANA DUTRA DE SOUZA VALE no Município de Barcarena para promover ao conforto para os alunos e funcionarios durante as atividades alimentares.

3. DO FUNDAMENTO LEGAL

3.1. A contratação de pessoa jurídica para a execução da obra dar-se-á por meio de licitação, de forma indireta e o regime será de empreitada por preço global, a qual observará os preceitos do direito público e as disposições da Lei nº 1433, de 01/04/2021 e alterações; e das normas técnicas vigentes da A.B.N.T., do Decreto 7.746 de 05/06/2012 e das demais normas legais e regulamentares pertinentes e aplicáveis ao objeto, bem como o estabelecido neste Projeto Básico.

, 4. DA JUSTIFICATIVA

4.1. Justifica-se a construção de um refeitório na Escola MEIF PROFª ANA DUTRA DE SOUZA VALE, em Barcarena, haja vista a necessidade que existe de proporcionar a comunidade escolar um ambiente adequado para a realização das refeições. O refeitório escolar é um espaço para compartilhar momentos com os outros e se relacionar. Geralmente, todos se sentam com todos em mesas compartilhadas. Além disso, a hora da refeição é um momento tranquilo e relaxado, ideal para estabelecer relações e passar um bom momento com outras pessoas.

5. DOS RESULTADOS ESPERADOS

5.1. Proporcionar um espaço adequado que atenda os requisitos normativos, as necessidades e os interesses da população.

6. RELAÇÃO DE ANEXOS INTEGRANTES AO PROJETO BÁSICO

- 6.1 São partes integrantes do Projeto executivo, os itens abaixo relacionados:
- 6.1.1 Encarte "A" – Memorial Descritivo e Especificações;
 - 6.1.2 Encarte "B" – Planilha Orçamentária, Cronograma Físico-Financeiro, CPU, BDI e Encargos Sociais;
 - 6.1.3 Encarte "C" - ART;
 - 6.1.4 Encarte "D" – Portaria do Fiscal;
 - 6.1.5 Encarte "E" - Projetos Gráficos.

7. DO PRAZO DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

7.1 O prazo para a execução da obra/serviço será de **60 (Sessenta) dias** a contar da data designada na Ordem de Serviço a ser expedida para a CONTRATADA em até 05 dias contados da data de assinatura do contrato.

7.2 Será condição para a emissão da Ordem de Serviço que determinará o início das obras a apresentação da ART do responsável técnico junto ao CREA/PA, que deverá ser entregue à CONTRATANTE em até cinco dias úteis após a assinatura do contrato.

7.3 O Prazo para vigência do contrato será o prazo de execução dos serviços proposto pelo licitante vencedor, acrescido de 90 (Noventa) dias, corridos consecutivos contados a partir da assinatura do contrato.

8. DAS CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO DOS SERVIÇOS

8.1 O recebimento do objeto deste Projeto Básico dar-se-á conforme com base no artigo 140 da Lei nº14.133/2021, os serviços serão recebidos da seguinte forma:

8.2 Provisoriamente no prazo de 15 (quinze) dias, pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, mediante termo detalhado, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico;

8.3 Definitivamente no prazo de 90 (noventa) dias, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, mediante termo detalhado que comprove o atendimento das exigências contratuais.

8.4 À Contratada caberá sanar as irregularidades apontadas no recebimento provisório e definitivo dos serviços, submetendo a etapa impugnada a nova verificação, ficando sobrestado o pagamento até a execução da correção necessária, sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis.

8.5 A Contratada é obrigada a reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados.

8.6 O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade civil e ético-profissional pela perfeita execução do contrato dentro dos limites permitido pela lei ou pelo contrato.

§ 1º O objeto do contrato poderá ser rejeitado, no todo ou em parte, quando estiver em desacordo com o contrato.

§ 2º O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança da obra ou serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato, nos limites estabelecidos pela lei ou pelo contrato.

§ 3º Os prazos e os métodos para a realização dos recebimentos provisório e definitivo serão definidos em regulamento ou no contrato.

§ 4º Salvo disposição em contrário constante do edital ou de ato normativo, os ensaios, os testes e as demais provas para aferição da boa execução do objeto do contrato exigidos por normas técnicas oficiais correrão por conta do contratado.

§ 5º Em se tratando de projeto de obra, o recebimento definitivo pela Administração não eximirá o projetista ou o consultor da responsabilidade objetiva por todos os danos causados por falha de projeto.

§ 6º Em se tratando de obra, o recebimento definitivo pela Administração não eximirá o contratado, pelo prazo mínimo de 5 (cinco) anos, admitida a previsão de prazo de garantia superior no edital e no contrato, da responsabilidade objetiva pela solidez e pela segurança dos materiais e dos serviços executados e pela funcionalidade da construção, da reforma, da recuperação ou da ampliação do bem imóvel, e, em caso de vício, defeito ou incorreção identificados, o contratado ficará responsável pela reparação, pela correção, pela reconstrução ou pela substituição necessárias.

9. DA SUPERVISÃO/FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

9.1. A fiscalização e o acompanhamento dos serviços serão exercidos por servidor (ou comissão) a ser designado pela SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E DESENVOLVIMENTO SOCIAL, ao qual competirá dirimir as dúvidas que surgirem no curso dos trabalhos e de tudo dar ciência à empresa, podendo sustar, recusar, mandar refazer ou fazer quaisquer serviços que estejam em desacordo com o contrato e projeto executivo.

9.2. Este projeto básico serve de orientação. Em caso de discrepâncias ou dúvidas estas serão resolvidas com a fiscalização e a contratada, após verificação dos itens do projeto executivo, caderno de especificações e planilha(s) orçamentária(s).

9.3. Todas as soluções de desenvolvimentos, detalhamentos, acabamentos, equipamentos e sistemas construtivos deverão ser submetidos à apreciação e aprovação pela equipe técnica desta SEMED.

9.4. O responsável pela fiscalização e/ou o seu substituto legal devem zelar pelo fiel cumprimento de todas as cláusulas e condições decorrentes deste Projeto Básico, efetuando gestões administrativas junto à CONTRATADA.

9.5. O responsável pela fiscalização e/ou o seu substituto legal anotará, em registro próprio, todas as ocorrências relacionadas aos serviços prestados, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados; avaliará as etapas executadas dos serviços (visita técnica), observado o disposto neste Projeto; e atestará a(s) nota(s) fiscal(is)/fatura(s) de recebimento dos serviços para fins de pagamento.

9.6. Todas as irregularidades constatadas pelo Fiscal do Contrato e/ou por seu substituto legal na fiscalização dos serviços previstos neste Projeto, que extrapolem suas competências e atribuições legais, serão comunicadas o mais breve possível à Administração da CONTRATANTE, para que esta tome as medidas cabíveis e pertinentes aos casos.

9.7. A contratada ficará sujeita a mais ampla e irrestrita supervisão, obrigando-se a prestar todos os esclarecimentos porventura requeridos pela CONTRATANTE.

9.8. A supervisão da CONTRATANTE, de nenhum modo diminui ou altera a responsabilidade da empresa a ser contratada, na prestação dos serviços a serem executados.

10. DA VISTORIA

10.1 A empresa poderá vistoriar o local onde serão executados os serviços em até 2 (dois) dias úteis anteriores à Data fixada para a abertura da sessão pública, com o objetivo de tomar ciência das condições e grau de dificuldade existentes do objeto deste Projeto Básico.

10.2 Antes de efetuar a vistoria, a empresa deverá contatar SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E DESENVOLVIMENTO PESSOAL - SEMED

para agendamento e autorização, por meio do endereço eletrônico semed@barcarena.pa.gov.br, das 08H às 14H, nos dias úteis exceto as sexta-feira.

10.3 Tendo em vista a faculdade da realização de vistoria, a empresa não poderá alegar o Desconhecimento das condições e grau de dificuldades existentes para se eximir das obrigações assumidas.

11. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

11.1 Com fundamento no artigo 155 da Lei nº 14.133/2021 o licitante ou o contratado será responsabilizado administrativamente pelas seguintes infrações:

I.dar causa à inexecução parcial do contrato;

II.dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

III.dar causa à inexecução total do contrato;

IV.deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

V.não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

VI.não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

VII.ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

VIII.apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

IX.fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

X.comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

XI.praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

XII.praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

11.2 Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas previstas nesta Lei as seguintes sanções

11.2.1 advertência;

11.2.2 multa;

11.2.2.1 para efeito de aplicação de multas, quando da ocorrência de inexecução parcial das obrigações estabelecidas neste Termo, às infrações são atribuídos graus, conforme as tabelas 1 e 2 a seguir:

| GRAU | CORRESPONDÊNCIA |
|------|--|
| 01 | 0,5% por dia sobre o valor do Contrato |
| 02 | 1,0% por dia sobre o valor do Contrato |
| 03 | 2,0% por dia sobre o valor do Contrato |

| | |
|----|--|
| 04 | 2,5% por dia sobre o valor do Contrato |
| 05 | 5,0% por dia sobre o valor do Contrato |

Tabela 2

| INFRAÇÃO | | |
|----------|---|------|
| ITEM | DISCRIÇÃO | GRAU |
| 01 | Permitir a presença de empregado sem a devida identificação e/ou sem crachá; por empregado e por ocorrência. | 01 |
| 02 | Manter funcionário sem qualificação para execução dos serviços; por empregado e por dia. | 03 |
| 03 | Executar serviço incompleto, paliativo substitutivo como por caráter permanente, ou deixar de providenciar recomposição complementar; por ocorrência. | 02 |
| 04 | Fornecer informação pérfida de serviço ou substituição de material por ocorrência. | 02 |
| 05 | Executar serviço sem a utilização de equipamentos de proteção individual (EPI); quando necessários; por empregado e por ocorrência. | 02 |
| 06 | Reutilizar material, peça ou equipamento sem anuência da FISCALIZAÇÃO SEMED; por ocorrência. | 04 |
| 07 | Destruir ou danificar documentos por culpa ou dolo de seus agentes; por ocorrência. | 02 |
| 08 | Recusar-se a executar serviço determinado pela FISCALIZAÇÃO SEMED, sem motivo justificado; por ocorrência. | 04 |
| 09 | Permitir situação que crie a possibilidade de causar ou cause danos físico, lesão corporal ou consequências letais; por ocorrência. | 05 |
| 10 | Deixar de cumprir normas regulamentares sobre medicina e segurança do trabalho o local de execução dos serviços, por ocorrência. | 02 |
| 11 | Executar obra com prazo vencido e sem a devida justificativa do atraso | 05 |
| | Para os itens a seguir, deixar de; | |
| 12 | Apresentar a Anotação de Responsabilidade Técnica - ART dos serviços para início da execução destes no prazo de até 10 (dez) dias após a emissão da ordem de serviço; por dia de atraso | 01 |
| 13 | Substituir empregado que tenha conduta inconveniente ou incompatível com suas atribuições; por empregado e por dia. | 01 |

| | | |
|----|--|----|
| 14 | Manter a documentação de habilitação atualizada; por item e por ocorrência. | 01 |
| 15 | Fornecer EPI, quando exigido, aos seus empregados e de impor penalidades àqueles que se negarem a usá-los; por empregado e por ocorrência. | 03 |
| 16 | Cumprir determinação formal ou instrução complementar da FISCALIZAÇÃO SEMED; por ocorrência. | 02 |
| 17 | Iniciar execução de serviço nos prazos estabelecidos pela FISCALIZAÇÃO SEMED, observados os limites mínimos estabelecidos por este contrato; por serviço, por dia. | 02 |
| 18 | Refazer serviço não aceito pela FISCALIZAÇÃO SEMED, nos prazos estabelecidos no contrato ou determinado pela FISCALIZAÇÃO SEMED; por ocorrência. | 03 |
| 19 | Zelar pelas instalações da contratante utilizadas; por item e por dia. | 01 |

11.2.3 impedimento de licitar e contratar com a Prefeitura Municipal de Barcarena, pelo prazo máximo de 3 (três) anos;

11.2.4 Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

11.3 As sanções previstas nos itens 11.2.1, 11.2.3 e 11.2.4 poderão ser aplicadas cumulativamente com a prevista no item 11.2.2.

11.4 Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente

11.5 Na aplicação da sanção prevista no item 11.2.2, será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

11.6 A aplicação das sanções previstas nos itens 11.2.3 e 11.2.4 requererá a instauração de processo de responsabilização, a ser conduzido por comissão composta de 2 (dois) ou mais servidores, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o contratado para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

11.7 A aplicação das sanções previstas neste projeto básico não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

12. DISPOSIÇÕES GERAIS/INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

12.1. As despesas com pagamento dos serviços ocorrerão por conta dos recursos disponíveis e constantes no orçamento da Secretaria Municipal de Educação e Desenvolvimento Social sob o título:

Orgão: 18 Secretária Municipal de Educação

Unidade Orçamentária: 1814 - Fundo municipal de educação.

Funcional Programática 12.122.0033.2.208 – MANUTENÇÃO DE PROGRAMA E PROJETO EDUCATIVOS COM CAPT. DE RECURSOS E FONTE DE FINANCIAMENTO.

Elemento de Despesa: 4.4.90.51.00 – Obras e Instalação.

Sub elemento de Despesa: 4.4.90.51.99- Outras Obras e instalações

Fonte: 15690000 – OUTRAS TRANSFERÊNCIAS DO FNDE.

| | |
|-----------------------|---|
| R\$ 203.995,03 | Duzentos e três mil, novecentos e noventa e cinco reais e três centavos. |
|-----------------------|---|

UNIDADE ORÇAMENTARIA: 18.12 – Secretaria Municipal de Educação

FUNCIONAL/PROGRAMATICA: 12.361.0033.1.109 – Amp. Revit. Adeq. e melhoria

geral das inst. fis.e estrut. das inst.educacionais

Elemento de Despesa: 4.4.90.51.00 – Obras e Instalação.

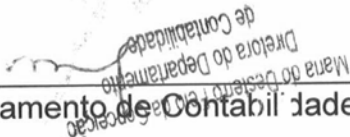
Sub elemento de Despesa: 4.4.90.51.99 – Outras Obras e Instalações.

Fonte: 15001001 - Receita de imposto e trans. - educação.

| | |
|----------------------|---|
| R\$ 67.043,19 | Sessenta e sete mil, quarenta e três reais e dezenove centavos |
|----------------------|---|

Valor total da obra:

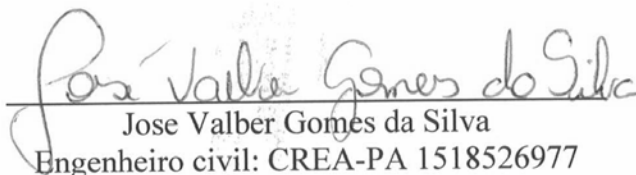
| | |
|-----------------------|---|
| R\$ 271.038,22 | Duzentos e setenta e um mil, trinta e oito reais e vinte e dois centavos |
|-----------------------|---|


Departamento de Contabilidade PMB

13. DA VERACIDADE DOS ORÇAMENTOS

13.1. DECLARO, para fazer face junto à Comissão Permanente de Licitação, sob as penas da Lei, para os devidos fins, que os quantitativos apresentados na Memória de Cálculo guardam compatibilidade com o Projeto de Engenharia referente ao Objeto.

13.2. Venho firmar que os orçamentos enviados juntamente a este Projeto Básico estão de acordo com o capítulo II do Decreto nº 7903 de 2013.


Jose Valber Gomes da Silva
Engenheiro civil: CREA-PA 1518526977

Secretaria Municipal de Educação e Desenvolvimento Social

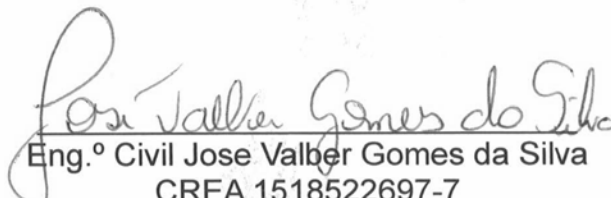
14. DA FISCALIZAÇÃO CONTRATUAL E EXECUÇÃO

14.1. Venho firmar a fiscalizarei o objeto deste Projeto Básico de acordo com:

Art. 117. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada por 1 (um) ou mais fiscais do contrato, representantes da Administração especialmente designados conforme requisitos estabelecidos no art. 7º desta Lei, ou pelos respectivos substitutos, permitida a contratação de terceiros para assisti-los e subsidiá-los com informações pertinentes a essa atribuição.

§ 1º O representante da Administração anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados.

§ 2º As decisões e providências que ultrapassarem a competência do representante deverão ser solicitadas a seus superiores em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes.




Eng.º Civil Jose Valber Gomes da Silva
CREA 1518522697-7
Responsavel Técnico

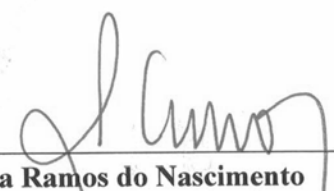
15. DA GARANTIA DOS SERVIÇOS E MATERIAIS

15. A Contratada deverá dar garantia dos materiais fornecidos e aplicados, bem como dos serviços executados por um período de 5 anos, a partir da data do recebimento definitivo do objeto da licitação.

Barcarena, 29 de Outubro 2024.



Paulo Victor Bentes Cardoso
Engenheiro civil
CREA-PA 1521851387
Secretaria Municipal de Educação e Desenvolvimento Social



Ivana Ramos do Nascimento
Secretária Municipal de Educação e Desenvolvimento Social
Decreto nº 0016/2021 – GPMB